

ATA NÚMERO 226/XIII/4.^a SL

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, no Plenário do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no âmbito da apreciação, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 155/XIII/4.^a (GOV) - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019" e 156/XIII/4.^a (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2019"; (Reunião conjunta com a Comissão de Trabalho e Segurança Social)

2. Discussão e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.º 945/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Reforço da participação do IRS para os municípios do interior, garantindo a sua devolução integral aos munícipes, procedendo à alteração da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro", - 946/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Reforço das deduções de despesas com educação e imóveis para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro", - 947/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Aumento do prazo de isenção do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos, para habitação própria e permanente, situados em territórios do interior, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho", - 948/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Alteração ao Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, alterado pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro", - 949/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Cria uma tabela especial de taxas de IRS para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro", - 950/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho" e - 951/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Dedução de encargos com transportes para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro"; Autor: Cristóvão Crespo (PSD)

3. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 933/XIII/3 (PAN) - "Reduz a taxa de IVA aplicável aos produtos alimentares para animais de companhia para a taxa intermédia"; Autor: António Ventura (PSD)**

4. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 955/XIII/3 (PEV) - "Repõe a taxa de 6% de IVA para a entrada em espetáculos de arte e cultura"; Autor: Paulo Trigo Pereira (PS)**

5. **Proposta de divisão da Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª (GOV) - "Aprova o orçamento do Estado para 2019" - por capítulos, para efeitos de discussão e votação na especialidade;**

6. **Deliberação sobre elaboração de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 149/XIII/4.ª (GOV) - "Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial." Comissão competente: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Cabe ao GP PSD**

7. **Outros assuntos**

1. **Audição do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no âmbito da apreciação, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs [155/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019" e [156/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2019";**

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro do Trabalho e Segurança Social, ao Senhor Secretário de Estado do Emprego, à Senhora Secretária de Estado da Segurança Social e à Senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, bem como ao Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, com quem anunciou partilhar a presidência daquela reunião, e às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 155/XIII/4.ª (GOV) –

“Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019” e 156/XIII/4.^a (GOV) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2019”.

Após a alocução inicial do Senhor Ministro, usaram da palavra, em sede de primeira ronda de intervenções, os Senhores Deputados Maria das Mercês Borges (PSD), Sofia Araújo (PS), José Moura Soeiro (BE), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo o Ministro das Finanças respondido individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), posto o que o Senhor Ministro respondeu ao conjunto das questões.

Intervieram, em sede de terceira ronda, os Senhores Deputados Adão Silva (PSD), Maria da Luz Rosinha (PS), José Moura Soeiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Rui Riso (PS), Sandra Pereira (PSD), Patrícia Fonseca (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP), Joana Barata Lopes (PSD), Wanda Guimarães (PS), Paulo Trigo Pereira (PS), Helga Correia (PSD) e Carla Barros (PSD). O Senhor Ministro, a Secretária de Estado para a Inclusão, o Secretário de Estado do Emprego e a Secretária de Estado da Segurança Social responderam ao conjunto das questões.

Na ronda final usaram da palavra os Senhores Deputados Clara Marques Mendes (PSD), José Rui Cruz (PS), José Moura Soeiro (BE), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) tendo o Senhor Ministro respondido ao conjunto das questões.

A Senhora Presidente agradeceu a presença do Ministro e dos Secretários de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

2. Discussão e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.º [945/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Reforço da participação do IRS para os municípios do interior, garantindo a sua devolução integral aos municípios, procedendo à alteração da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro", - [946/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Reforço das deduções de despesas com educação e imóveis para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro", - [947/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Aumento do prazo de isenção do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos, para habitação própria e permanente, situados em territórios do interior, procedendo à

alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho", - [948/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Alteração ao Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, alterado pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro", - [949/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Cria uma tabela especial de taxas de IRS para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro", - [950/XIII/3ª \(CDS-PP\)](#) - "Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho" e - [951/XIII/3ª \(CDS-PP\)](#) - "Dedução de encargos com transportes para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro";

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o parecer de que foi autor.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) pediu a palavra para expressar a sua opinião de que a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) poderia votar, baseando-se numa deliberação da Conferência de Líderes (CL), de acordo com a qual, qualquer Deputado poderá votar em qualquer Comissão, em nome do seu Grupo Parlamentar (GP), mesmo não sendo Deputado efetivo ou suplente dessa Comissão.

A Senhora Presidente questionou aquela interpretação, manifestando o seu desconhecimento sobre a norma habilitante em que se fundamenta a referida deliberação. Concluiu, admitindo a hipótese de não ter havido competência para uma tal deliberação da CL.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), pese embora não se recordando de qual seria a norma habilitante, confirmou a existência da mencionada decisão da CL, a qual considera válida, desde que o(a) Deputado(a) assine a folha de presenças do respetivo GP. Sublinhou que esta deliberação surgiu para ultrapassar um problema que se colocava recorrentemente nos pequenos GP.

A Senhora Presidente lembrou também que a Senhora Deputada Diana Ferreira terá assinado a folha de presenças da Comissão de Trabalho e não a da COFMA.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), depois de ter cumprimentado o autor do parecer, afirmou acompanhar as preocupações expressas pela Senhora Presidente sobre a necessidade encontrar norma habilitante que fundamente uma tal deliberação.

Posto à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

3. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 933/XIII/3 \(PAN\)](#) - "Reduz a taxa de IVA aplicável aos produtos alimentares para animais de companhia para a taxa intermédia";

Este ponto da OD foi adiado para a próxima reunião.

4. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 955/XIII/3 \(PEV\)](#) - "Repõe a taxa de 6% de IVA para a entrada em espetáculos de arte e cultura";

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) apresentou o parecer de que foi autor salientando que incluiu a sua opinião, como Deputado, sobre a iniciativa. Notou também que incluiu uma nota nas Conclusões sobre a possibilidade de uma norma praticamente idêntica vir a ser votada no âmbito do processo orçamental em curso. Em se verificando tal aprovação sugere que se contacte o PEV, para que se dê por concluído o processo legislativo relativo a este Projeto de Lei, retirando a iniciativa, por esta ter sido já acolhida em sede de Orçamento do Estado (OE).

A Senhora Presidente alertou para a efetiva possibilidade de haver “canibalização” das normas salientando que se norma idêntica for aprovada no âmbito do processo orçamental já em curso, este Projeto de Lei perderá a sua utilidade.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) manifestou a sua discordância sobre a inclusão, nas Conclusões do parecer, da uma sugestão a um GP para retirar uma sua iniciativa. Por não considerar um bom princípio, sugeriu que o Deputado relator retirasse este parágrafo das Conclusões para que o GP do PSD pudesse votar favoravelmente o parecer.

O Senhor Paulo Trigo Pereira (PS) respondeu ao apelo disponibilizando-se para melhorar a redação do parecer mas sem eliminar o referido parágrafo. Notou que a situação é original, acrescentando ainda a “dificuldade” do PEV não fazer parte da COFMA.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) realçou que, em havendo norma igual no OE, caso venha a ser aprovada, verificar-se-á, quando se retomar a discussão deste P JL, que é redundante e por isso perderá a sua eficácia. Até pelo precedente que pode criar, sugeriu referir esta circunstância no capítulo do parecer sobre os Considerandos e não nas suas Conclusões. Assim, concluiu, não haverá necessidade de retirar a iniciativa.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) secundou as opiniões anteriormente expressas realçando porém que não é possível ignorar o facto de haver norma semelhante na proposta de OE para 2019. Deste modo, sugeriu a reformulação do

parágrafo, nas Conclusões do parecer, informando que consta da proposta de OE norma semelhante, sendo que a sua eventual aprovação implicará a perda de utilidade da presente iniciativa.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) colocou à consideração dos Deputados uma proposta reformulada do citado parágrafo, assinalando que, não sendo a iniciativa (PJL) votada antes da conclusão dos trabalhos do OE, onde consta norma semelhante, a sua aprovação implicará a perda de utilidade da iniciativa.

Posto à votação o parecer, com o parágrafo reformulado, foi aprovado por unanimidade.

5. Proposta de divisão da [Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Aprova o orçamento do Estado para 2019" - por capítulos, para efeitos de discussão e votação na especialidade;

A Senhora Presidente apresentou para discussão, a proposta de divisão em apreciação:

- 1.º dia: Artigo 2.º a 127.º (termina no Capítulo VIII do Título I - "Financiamento do Estado e gestão da dívida pública")
- 2.º dia: Artigo 128.º (Capítulo IX do Título I - "Interconexões de dados") ao artigo 227.º (Capítulo II do Título II - "impostos indiretos")
- 3.º dia: Artigo 228.º (Capítulo III do Título II - "Impostos locais") ao artigo 281.º (entrada em vigor"), mais o artigo 1.º e ainda o artigo 121.º sobre o endividamento.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para dar o seu acordo de princípio à proposta com duas ressalvas. A primeira, relativamente à divisão dos artigos ora proposta, que poderá vir a ficar desequilibrada se houver muitas propostas de alteração concentradas num certo grupo de artigos. Nesse caso, será eventualmente necessário proceder a um ajuste naquela distribuição, sendo que uma tal decisão poderá ser tomada no âmbito da Mesa e Coordenadores. A segunda ressalva prende-se com a proposta de votação, no final, do artigo sobre os limites de endividamento. O GP do PSD concorda desde que haja uma proposta de alteração concreta desse artigo, com a indicação do valor do endividamento a alterar. Caso contrário, a votação deverá manter-se sequencial.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (PSD) deu o seu acordo à proposta apresentada pelo anterior orador, até para evitar que a Comissão volte a ser confrontada, como no ano passado, com um pedido de alteração do valor do endividamento, já em sede de redação final.

A Senhora Presidente sublinhou que só no final das votações é que se consegue apurar se é necessário alterar o montante do endividamento, o qual deverá naturalmente constar de uma proposta de alteração.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) clarificou a posição defendida pelo seu GP esclarecendo que se o valor do endividamento for aquele que está inscrito na proposta de OE, se não se alterar, então o artigo 121.º deverá ser votado sequencialmente. Saliou ainda que tudo poderá ser acomodado, ou seja, que as propostas de alteração aprovadas, se gerarem mais despesa, podem ser financiadas de várias formas: para além do endividamento, podem ser financiadas com o aumento de outras receitas ou através da não execução de certas despesas.

Tomou a palavra o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) para acompanhar a posição expressa pela Senhora Presidente. Saliou que não é possível adivinhar, logo no início, se haverá necessidade de alterar o valor do endividamento, só no final das votações é que se saberá. Por tal motivo considera prudente que o citado artigo seja votado no final. Concluiu, dando o seu acordo a esta proposta.

Submetida a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

**6. Deliberação sobre elaboração de parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 149/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial."
Comissão competente: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;**

Este ponto da OD foi adiado para a próxima reunião.

7. Outros assuntos

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por concluída a reunião.

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Palácio de São Bento, 24 de outubro de 2018

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 24 de outubro de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Manuel Caldeira Cabral
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Mano
Maria das Mercês Borges
Patrícia Fonseca
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva
Cristóvão Norte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins